

## A Cultura nos Tempos de Cólera

*En adelante van estos lugares:  
ya tienen su diosa coronada.*

Leandro Díaz

E de um momento para o outro, o mundo fechou-se em casa. Com a “deusa coroada” à solta, indiferente e lúgubre, o planeta entrou em quarentena e sobreveio o inimaginável: transfigurou-se a realidade quotidiana (quem o julgaria possível?...), converteram-se ou cessaram da noite para o dia as relações laborais, interpuseram-se distâncias, pararam as fábricas e as escolas, silenciaram-se os templos, estancou a economia e o bulício dos dias, extinguiu-se a vida *presencial* em sociedade, reduzindo-se a nossa existência a uma voz perceptível mas distante, a uma imagem desfocada ao capricho das tecnologias, a uma condição engenhosa e imprópria de holograma.

E fecharam, claro, os teatros e os auditórios, os museus, os cinemas, as bibliotecas e as salas de concerto. Uma parte imensa da cultura tornou-se virtual, em particular as artes performativas – temporariamente extintas, ou adiadas, sobrevivendo por *streaming* em avatares solitários e domésticos. Ao jovem poeta, Rilke recomendava que apenas escrevesse se a tal fosse impelido por uma necessidade indómita. É comovente constatar a quantidade de poetas, jovens e velhos, que nestes tempos de reclusão continuam a sentir esse impulso imperioso e íntimo, partilhando-o generosamente no perímetro cibernético, próximo ou alargado, das suas amizades. Não perderam a felicidade criativa, mas estão – estamos – órfãos de palco.

Há que preparar o regresso. Enquanto nos movemos nesta trama improvável, como personagens de um romance de Saramago, não podemos deixar de olhar para o futuro, um futuro não tão distante (vamos crer), que devemos planificar, ainda que mergulhados numa neblina de incerteza.

Partimos do princípio de que em setembro haverá um certo regresso à normalidade, mas ninguém hoje sabe dizer como será exatamente essa “normalidade”. No momento em que escrevo, os números oficiais indicam que, em Portugal, a soma do número de infetados com o número de recuperados corresponde a 0,15% da população e, embora com grande prudência, alguns afirmam que o “pico” já terá passado. A pergunta a que ninguém hoje sabe responder é esta: como será a nossa vida em comunidade num outono em que, previsivelmente, pouco mais de 1% da população estará imunizada?... Que condicionalismos teremos na nossa vida e, no caso dos agentes culturais, como será, desde logo, o nosso trabalho coletivo: como poderá um coro ou uma orquestra ensaiar em conjunto, como colocar 50 ou 100 músicos em palco?... E como será o acesso do público aos recintos de espetáculo? Será possível, dentro de 5 meses, atuarmos para plateias de centenas de pessoas em espaços fechados, com uma percentagem tão baixa da população imunizada e a ameaça de uma segunda vaga pandémica?...

O trabalho do programador é baseado na antecedência e na previsão; cada espetáculo é projetado ao milímetro muitos meses, frequentemente anos,

antes da sua realização. Convidamos artistas de geografias diversas, reunimos equipas criativas, planificamos períodos de trabalho, concebemos projetos em função de uma ideia, de um tempo, de um espaço aos quais está inevitavelmente associado um orçamento que, por sua vez, tem uma relação com o número de pessoas que, numa estimativa razoável, irá assistir ao espetáculo. Em tempos de tamanha incerteza não podemos deixar de planificar espetáculos, concertos e digressões, mas sem a menor segurança quanto à sua efetiva realização. O futuro – pelo menos o futuro próximo – já não é o que era.

Na veleidade de pensar conteúdos concretos (mas como não fazê-lo?), um dos desafios no desenho da Temporada 2020/21 é o equilíbrio entre as linhas de programação há muito previstas, os projetos já agendados e a acomodação do maior número possível de espetáculos que não puderam ser realizados na presente Temporada e que iremos tentar adiar. Nesta altura do ano, no entanto, a temporada que se inicia em setembro e que se irá estender até julho seguinte deveria estar já praticamente fechada, pelo que o espaço que ainda sobra é exíguo, e reagendar todos os projetos implicaria cancelar muitos outros, dispensando atores, músicos, bailarinos também eles já contratados. É em tempos como este que salta à vista a necessidade inadiável de consagrar um Estatuto Profissional do Artista que defina, nomeadamente, os termos da sua proteção social: de todas as iniciativas do Governo em prol da Cultura nenhuma seria mais eficaz que esta, ao dignificar a profissão, instituindo um regime fiscal próprio assim como proteção económica e social específica para os agentes culturais, em particular para os artistas independentes, hoje bastante desprotegidos.

Cada instituição, cada programador fará seguramente um esforço para honrar compromissos e reagendar o que conseguir, pelo que teremos expectavelmente uma Temporada porventura menos “legível” nas suas linhas mestras, congregando projetos que nasceram em diferentes anos e que resultam de diferentes lógicas programáticas, mas certamente – e por isso mesmo – mais rica, com um maior número de espetáculos e, seguramente, com maior diversidade.

Chegará isto para relançar a atividade artística e o hábito social de ir ao teatro, ao concerto, à ópera?... Ainda que se multiplique a oferta e que, apesar de todas as restrições, venha a ser possível realizar os projetos que estamos a preparar a partir de setembro, como superar a inevitável crise de confiança? Porque se, por um lado, o público desejará certamente sair de casa e voltar a assistir a espetáculos ao vivo, por outro lado pensará duas vezes antes de adquirir um bilhete para uma plateia onde se irá sentar, durante um par de horas, a 20 centímetros de um desconhecido cujo estado de saúde lhe poderá vir a inspirar dúvidas inquietantes. Acresce a violenta crise económica que irá privar muitas pessoas de espetáculos nos quais desejariam marcar presença. A tempestade é quase perfeita.

Relançar a atividade cultural e os espetáculos ao vivo implicará reconquistar o público, não apenas no plano artístico, mas também na sua confiança em partilhar recintos de espetáculo e tendo sempre presentes as fragilidades económicas que irão marcar os próximos meses. Como disse há dias a ministra Graça Fonseca, o sector artístico pode desempenhar um papel importante no relançamento da economia – mas só poderá fazê-lo de um modo

progressivo e com uma estratégia clara de estímulo à retoma dos hábitos de consumo.

O mais fácil seria recomeçar com espetáculos em espaço público, de entrada livre e ao ar livre. Um grande programa que mobilizasse o sector, conjugando esforços entre Governo e autarquias, entre, digamos, a segunda metade do mês de agosto e finais de setembro, daria sem dúvida um forte contributo para a recuperação da confiança, ao mesmo tempo que permitiria esbater clivagens económicas e assimetrias sociais que a crise veio trazer ou agravar. Muitas instituições públicas e privadas tomarão, por si próprias, a iniciativa de programar espetáculos ao ar livre – assim a meteorologia o permita! –, mas só o Estado e o poder local podem, em conjunto, articular uma estratégia global que mobilize o setor no seu todo, “ativando”, por assim dizer, o espaço público e dissipando, aos poucos, a crise de confiança.

Porque é que este investimento é estratégico para a sociedade como um todo? Porque a cultura é um sector económico gerador de riqueza, de emprego direto e indireto, com enormes repercussões em muitos outros setores como, desde logo, o turismo, o comércio e uma plêiade de serviços associados. Uma leitura das Contas Satélite da Cultura, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística é clarificadora do extraordinário valor acrescentado do setor cultural nas Contas Nacionais. Acresce que o consumo de cultura e, em particular, as artes performativas em espaço público podem constituir um impulso decisivo para a retoma de uma certa normalidade na vida social, no trazer a vida de volta às nossas cidades.

Recomeçarão depois, progressivamente, os espetáculos em recintos fechados, com eventuais contingências de lotação. Haverá alguma espécie de “certificado” atribuído pelas autoridades às pessoas imunizadas, como se sugeriu recentemente na Alemanha, segundo noticiava a revista *Der Spiegel*?... Enquanto o mundo aguarda pela chegada da vacina, será concebível um rastreio sistemático da temperatura corporal à entrada de um teatro, de um auditório?... O futuro o dirá. Mas talvez uma parte da “normalidade” venha a ser recuperada, de uma forma ou de outra, e fará sentido, mais do que nunca, promover espetáculos que possam ir ao encontro das pessoas, em tantas instâncias da vida coletiva.

Para tal é necessário um investimento que, sendo importante ao nível do setor, é absolutamente inexpressivo à escala do Orçamento Geral do Estado, e tem um extraordinário potencial multiplicador. As instituições e os agentes culturais farão a sua parte, mas só um investimento desta natureza por parte do Estado e das autarquias, numa estratégia concertada, poderá acelerar a recuperação da confiança e permitir à cultura desempenhar o papel que lhe compete no relançamento da economia e da vida em sociedade.

Pedro Amaral

Maestro, Diretor Artístico da Orquestra Metropolitana de Lisboa